Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies, Vol. 13, N.º 2, 2026, e026018
https://doi.org/10.21814/rlec.7398

Mouzinho de Albuquerque: Vestígios de um Culto Colonialista no Espaço Público Português

Andrea Vacha
Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal

Resumo

O artigo analisa a persistência de celebrações do colonialismo português inscritas no espaço público português, tomando como foco a figura de Mouzinho de Albuquerque. A partir da toponímia, de práticas museológicas e de repertórios comemorativos, o artigo reflete sobre uma memória em grande parte apagada, mas que, em certos contextos, mantém-se por via de uma gestão seletiva do passado: a celebração é frequentemente preservada sob formas pouco contextualizadas, enquanto a violência da conquista é silenciada ou enquadrada por narrativas justificativas. Entre esses vestígios, destaca-se o meio-busto erguido na Batalha, cuja inauguração, em 1997, parece anacrónica face às orientações contemporâneas da gestão do património cultural. As comemorações realizadas no Mosteiro da Batalha, em 2025, assinalando os 170 anos do nascimento de Mouzinho de Albuquerque, sem nunca mencionar a efeméride dos 130 anos da campanha de África de 1895, que o tornou herói nacional, evidenciam tensões entre os valores fundadores da cidadania democrática, as políticas da memória e as heranças coloniais. Revelam também como o espaço público pode tornar-se campo de disputa em torno do que se recorda e de como se recorda, oscilando entre um patriotismo de matriz militar e a descolonização das mentalidades. Nesse sentido, levantam-se interrogações sobre o posicionamento português no panorama europeu mais amplo relativo à descolonização do espaço público.

Palavras-chave

Mouzinho de Albuquerque, memória colonial, colonialismo português, património cultural, descolonização do espaço público

Mouzinho de Albuquerque: Traces of a Colonialist Cult in Portuguese Public Space

Abstract

This article analyses the persistence of commemorations of Portuguese colonialism in Portuguese public space, focusing on Mouzinho de Albuquerque. Drawing on street names, museological practices, and commemorative repertoires, the article reflects on a largely erased memory that, in certain contexts, nevertheless persists through the selective management of the past: commemoration is often preserved in forms that provide little context, while justificatory narratives silence or frame the violence of conquest. Among these traces, particular attention is drawn to the half-bust erected in Batalha, whose 1997 inauguration seems anachronistic in light of contemporary approaches to cultural heritage management. The 2025 commemorations at the Monastery of Batalha, marking the 170th anniversary of Mouzinho de Albuquerque's birth without mentioning the 130th anniversary of the 1895 African campaign that made him a national hero, highlight tensions between the founding values of democratic citizenship, memory policies, and colonial legacies. They also reveal how public space can become a field of contestation over what is remembered and how it is remembered, oscillating between a military-centred form

of patriotism and the decolonisation of mindsets. In this regard, questions arise about Portugal's position within the broader European landscape of decolonising public space.

Keywords

Mouzinho de Albuquerque, colonial memory, Portuguese colonialism, cultural heritage, decolonisation of public space

1. Introdução

Num momento em que a descolonização do espaço público se afirma como debate central em Portugal, como em muitos outros países, o caso de Mouzinho de Albuquerque permite interrogar a persistência de símbolos coloniais em contextos democráticos.

O problema de pesquisa emerge da tensão entre esquecimento, celebração e normalização patrimonial: de que modo monumentos, museus, topónimos e rituais militares continuam a inscrever no espaço público uma gramática colonial, frequentemente naturalizada sob as linguagens da homenagem, da tradição ou da memória nacional? Mais do que simples sobrevivências do passado, estes dispositivos (Nora, 1984/2001) participam na produção de regimes de visibilidade e silêncio, selecionando figuras e acontecimentos (ou interpretações de acontecimentos) que permanecem disponíveis para a identificação coletiva, enquanto outras experiências históricas — nomeadamente as do racismo, da violência colonial e da resistência africana — são marginalizadas ou omitidas. A figura de Mouzinho de Albuquerque, pensada menos como objeto de reconstituição biográfica do que como questão de memória pública, permite interrogar a paisagem memorial portuguesa enquanto campo de disputa entre nostalgia imperial, dificuldade em enfrentar o passado colonial e reconfiguração democrática da memória pública. Permite, ainda, refletir sobre a construção e o apagamento dos heróis nacionais, bem como sobre os usos do passado na legitimação de projetos políticos num campo memorial tensionado entre impulsos ideológicos opostos (Traverso, 2005/2020).

Esta reflexão surge de um estudo mais amplo sobre as narrativas construídas em torno do imperador Ngungunhane (Gungunhana, na grafia portuguesa) em Portugal e Moçambique, desenvolvido no âmbito do meu doutoramento em História Contemporânea (2024). No decorrer desta investigação, apercebi-me de que estas duas figuras contrapostas, Mouzinho de Albuquerque e Gungunhana, funcionam, em certa medida, como a ponta de um iceberg: por debaixo delas permanece um vasto universo de ideologias, imaginários, identidades e memórias que atravessam todo o século XX. Neste sentido, o presente artigo articula a análise de relatos biográficos, entre os quais Noronha (1906) e Fernandes (2010), e de reflexões críticas como Henriques (2020) e Barros (2019), num diálogo com os estudos pós-coloniais e com contributos portugueses e internacionais dedicados à memória pública, aos monumentos, ao património controverso e aos usos políticos do espaço urbano. Além da literatura, este artigo baseia-se numa leitura crítica de fontes museológicas, monumentais e iconográficas. No específico: o jazigo no Cemitério dos Prazeres e a toponímia urbana de Lisboa, a Sala Mouzinho de Albuquerque

no Museu Militar de Lisboa, a Sala Gungunhana (ou Santa Bárbara) no Museu Militar de Bragança, e ainda o busto e a toponímia de Batalha, cidade natal de Mouzinho de Albuquerque e sede das anuais comemorações da Cavalaria.

A dialética, intencional, entre centros metropolitanos e centros urbanos periféricos (Bragança e Batalha), permite preservar uma visão alargada da difusão e da inscrição da memória de Mouzinho de Albuquerque no território nacional. Em contraponto, não cabe nos limites deste artigo, senão como referência pontual, uma comparação mais sistemática com o património moçambicano relacionado com esta figura, embora tal confronto pudesse ampliar de forma significativa o alcance da reflexão. A partir destas perspetivas, propõe-se analisar a presença dos vestígios de um culto colonialista não como exceção, mas como sintoma de um processo ainda incompleto.

2. Trajetória Biográfica

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque (1855–1902) encarna, mais do que qualquer outra figura histórica, a fase expansionista do colonialismo português em África, no pós-Conferência de Berlim. A sua relevância não se circunscreve a Portugal e a Moçambique, estendendo-se ao conjunto do chamado Terceiro Império Português (Barros, 2019).

Nasce em 1855, na Quinta da Várzea, na Batalha (Leiria), no seio de uma família ligada à nobreza local. Recebe os sacramentos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória e entra, aos 16 anos, na Escola do Exército. Em 1878 é promovido a alferes; no ano seguinte matricula-se nas faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra, mas uma doença crónica obriga-o a interromper os estudos. Casa, em Coimbra, com uma prima, D. Maria José Mascarenhas de Mendonça Gaivão (Gaivão, 2008).

Em 1888, Mouzinho embarcou para Mormugão, na Índia Portuguesa, atual Mormurgao. Dois anos depois, em 1890, foi promovido a capitão e enviado para Lourenço Marques, atual Maputo, em Moçambique. Nesse período, conheceu o major Caldas Xavier, que viria a exercer sobre ele uma influência decisiva, em particular no que respeita à adoção de uma resolução bélica dos conflitos com o Império de Gaza, em Moçambique. No trono deste encontrava-se o célebre Gungunhana, cuja fama de "Leão de Gaza" se consolidara num contexto de crescente tensão entre Portugal e Inglaterra, que atingiria o seu clímax com o ultimato britânico de 1890.

O receio da Coroa de perder vastos territórios africanos intensifica-se ao ponto de, apesar da crise económica, se decidirem enviar, entre 1894 e 1895, contingentes militares coordenados por António Ennes, partidário da "pacificação" *manu militari* (Ennes, 1898/1945). Mouzinho, entretanto, tinha regressado a Lisboa à espera da ocasião certa para lançar-se numa guerra patriótica (Fernandes, 2010). A espera foi curta. Em 1894 o cerco de Lourenço Marques por guerreiros ronga liderados por Zixaxa, espalhou o pânico e constitui o *casus belli* para a campanha militar contra o Império de Gaza. No final do mesmo ano, 1894, Joaquim Mouzinho de Albuquerque voltou para Moçambique ao comando de um esquadrão de lanceiros.

A campanha de "pacificação" resulta em vitórias portuguesas em Marracuene contra as *mangas* (batalhões) ronga e, depois, em Magul e Coolela (a derrota definitiva, antecedendo o incêndio do *kraal* em Manjacaze). Tarde demais, Gungunhana percebe que a superioridade numérica do exército de Gaza já não era determinante, como fora no tempo do avô Manikusse: em campo aberto, o tradicional ataque em meia-lua revela-se obsoleto face ao fogo das espingardas Kropatschek e das metralhadoras, firmemente posicionadas nos ângulos da formação em quadrado (Serra, 1983).

Recém-nomeado governador de Gaza, Mouzinho de Albuquerque decide chefiar uma missão-relâmpago para impedir que o rei derrotado escapasse ou reorganizasse a resistência. Em 28 de dezembro de 1895, de acordo com relatório redigido pelo próprio, Mouzinho consegue penetrar com um pequeno contingente de soldados portugueses em Chaimite, aldeia sagrada por acolher o sepulcro de Manikusse, fundador de Gaza, protegida por guerreiros da guarda real. Antes de destituir Ngungunhane, Mouzinho ordena o fuzilamento dos conselheiros Mahune e Queto, descritos como "inimigos dos portugueses", com o propósito de intimidar os restantes súbditos (Mouzinho de Albuquerque, 1896).

A corte nguni é aprisionada na fortaleza de Lourenço Marques e embarcada para Portugal, onde é exibida como troféu nas ruas da capital antes de seguir para o destino final: os homens para a Ilha Terceira (Açores), as mulheres para São Tomé e Príncipe. De Chaimite é também retirado um cofre contendo: 2.072 libras e 10 shillings em ouro; 1.500 réis em prata portuguesa; oito diamantes (três grandes e cinco pequenos); aljofras ("de que não se pode precisar o número"; Mouzinho de Albuquerque, 1896, p. 101–102); dezassete pontas de marfim (seis grandes e onze pequenas); e uma taça de cerâmica com a dedicatória "from Queen Victoria to Gungunhana" (Mouzinho de Albuquerque, 1896).

Este episódio constitui um dos pontos altos da transição entre o período que Pélissier (2004) identifica como "temps des humiliations" (época das humilhações, 1844–1894) e a "temps des centurions" (época dos centuriões, 1895–1910), um ponto de viragem para toda a política colonial portuguesa.

Em menos de um ano, a perda de territórios na África Austral é afastada e a autoridade portuguesa restabelecida, tanto na região como, ainda mais importante, perante as outras nações europeias. É com Chaimite que Mouzinho de Albuquerque torna-se um herói. As congratulações pelos feitos militares portugueses e as condecorações ao valor de Mouzinho chegam de vários cantos da Europa (Inglaterra, Alemanha, Itália, entre outros). É neste momento que os jornais portugueses celebram o triunfo do herói de África: desde os primeiros dias de 1896, toda a atenção é posta no final glorioso da campanha de Gaza. Na imprensa, a efígie do herói colonial e dos bravos expedicionários aparece em inúmeras gravuras, a benefício da venda de cópias. Os expedicionários que regressam a Lisboa no dia 19 de janeiro de 1896, com António Ennes, são acolhidos em pompa magna (Camara, 1896).

Joaquim Mouzinho de Albuquerque, todavia, não regressa à metrópole: é nomeado Governador Régio da Província de Moçambique e coloca como primeira necessidade perseguir e tentar de concluir a missão de "pacificação" de todo o território (Mouzinho de Albuquerque, 1897). No final de 1896, encabeça uma campanha contra os Namarrais

(Naguema e Mocutumudo, entre os mais importantes), no norte de Moçambique, onde o terreno é completamente diferente, e cai numa guerrilha de emboscadas na qual fica ferido (Nhacale & Maluana, 1997). Entretanto, em Gaza, em 1897, assiste-se a um último espasmo de resistência liderado por Maguigwana, chefe de guerra de Ngungunhane, derrotado na batalha de Mukothene e decapitado por mão de Mouzinho de Albuquerque, que mandou expor a cabeça cortada para dissuadir ulteriores insurgências (Pélissier, 1984/1987). O feito de Mukothene tornou-se o mais celebrado no meio militar, justificando a sua eleição póstuma como patrono da Cavalaria, em 1961.

Dada por completada a missão "pacificadora" em Moçambique, o governador pôde enfim regressar triunfalmente a casa: é recebido por uma multidão entusiasta na Madeira e no Porto. Os louros, porém, não estão destinados a durar. Embora a maior parte do povo continuasse a idolatrar o "herói de Chaimite", existia uma parte da opinião pública, nomeadamente a ala republicana, que o via como um autocrata desumano para com os povos autóctones africanos (Garção, 1897).

É desta altura a circulação, nos jornais republicanos, do relatório publicado nos *Annaes da Marinha*, do capitão de Marinha, Soares de Andréa (1918), que denuncia o aprisionamento em Chaimite como encenação e aponta como crime de guerra a fuzilação a sangue-frio dos prisioneiros Queto e Mahune, entre outras condutas reprováveis; o tema torna-se numa arena de confrontação entre monárquicos e republicanos. Mas é entre a corte e os ministros que Mouzinho encontra os seus inimigos mais perigosos, ostracizado pela demasiada popularidade de que gozava (Quintinha & Toscano, 1830/1930). Por discórdias sobre a gestão da Província de Moçambique (o governador pretendia um empréstimo necessário para conseguir reformas estruturais), Mouzinho demite-se do cargo de Governador Régio e aceita o pedido do Rei D. Carlos I de se tornar precetor do herdeiro ao trono, D. Luís Filipe, Duque de Bragança. Vários biógrafos concordam em que as intrigas de corte se revelaram mais insidiosas do que a vida no mato (Fernandes, 2010). Com a passagem do século, vêm as despedidas dos protagonistas da guerra de África: em 1901, a morte de António Ennes e, poucos meses depois, o alegado suicídio de Mouzinho de Albuquerque, que comove o país, e pelo qual é proclamado luto nacional[1] (Noronha, 1906). Na tarde de 8 de janeiro de 1902, o seu corpo sem vida foi encontrado no interior de um carro, na estrada de Laranjeiras, em Lisboa, com dois tiros de pistola na cabeça. Todavia, a sua lenda continuará, especialmente com o surgir do Estado Novo.

3. Memória e Memoriais de um Culto Colonialista

A memória de Mouzinho conheceu altos e baixos. Com a implantação da República, foi gradualmente perdendo a grande fama de que gozava no período monárquico. Foi o livro *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque* (Quintinha & Toscano, 1830/1930), que deu renovado impulso a esta história e a consagrou.

Tendo este ensaio como fonte, desde o início dos anos 1930, o Estado Novo integrou Mouzinho de Albuquerque no panteão de "heróis do Império", mobilizado para educar politicamente a população e legitimar a continuidade do projeto colonial. A sua figura

[1] Circulam teorias que apontam para um assassinato político (Gaivão, 2008).

encaixava com perfeição numa narrativa oficial que precisava de exemplos claros, viris e disciplinadores: o soldado que arrisca a vida pela pátria, o comandante que decide sem hesitação, o português que "leva civilização" a territórios representados como espaços de desordem (Henriques, 2020).

Ao selecionar Mouzinho, o regime escolhia um símbolo capaz de ligar militarismo, imperialismo e missão civilizadora numa mesma lição moral. Nas representações, tanto literárias quanto iconográficas, o aspeto físico do esbelto Mouzinho refletia as suas virtudes morais e contrastava dramaticamente com a sua némesis, o "gordo" Gungunhana, símbolo de selvajaria (Henriques, 2020).

Desde a década de 1930, o aprisionamento de Gungunhana por Mouzinho de Albuquerque foi promovido pelo regime como um pilar da propaganda, particularmente acentuado em Moçambique, mas utilizado em todo o império colonial (Barros, 2019). Foi de facto útil para educar as novas gerações nos valores do patriotismo, da bravura e da supremacia racial. A propaganda do Estado Novo tendia a transformar a campanha colonial em epopeia civilizacional, apresentando a violência como necessidade histórica e a dominação como destino (Alexandre, 1996).

Nesse enquadramento, a desigualdade racial não precisava de ser explicitada de forma crua para funcionar; bastava reproduzir a gramática hierárquica do "civilizar" *versus* "submeter", onde o colonizado aparecia como criança a ser conduzida e o colonizador como tutor natural.

Neste sentido, insere-se numa exaltação de vários agentes coloniais, celebrados como heróis por terem contribuído, em face de vários perigos, para "desbravar" a África e levar a luz da civilização europeia — entendida como superior — àquelas terras de trevas (Urrutia, 2000/2001). Nada de incomum no espírito do tempo europeu: trata-se de uma corrente transversal a todas as potências coloniais, que heroificam os "colonizadores" e os "exploradores", no caso português, Capelo, Ivens e Serpa Pinto (Mudimbe, 1988).

Como assinala Achebe (1977), "a África está para a Europa como o retrato de Dorian Gray — um portador sobre quem o mestre descarrega as suas deformidades físicas e morais, para que possa seguir em frente, ereto e imaculado" (p. 19). A excecionalidade portuguesa no panorama europeu está na combinação entre a longa persistência do mito imperial e a rapidez da descolonização, desencadeada não por uma transição colonial planeada, mas por uma revolução metropolitana.

Mouzinho partilha o fervor patriótico face às "hordas selvagens" africanas de outros heróis coloniais, como o veterano general inglês Charles George Gordon, bem como um idealismo inflexível perante a *realpolitik*. Não por acaso, a pintura a óleo da autoria do coronel Morais Carvalho, exposta ainda hoje na Sala Mouzinho de Albuquerque do Museu Militar de Lisboa — "O Aprisionamento de Gungunhana em Chaimite" (1958) —, mostra alguns paralelos, em termos de simbolismo inspirado em conceitos de hierarquia racial e de heroísmo colonial, com a pintura de George William Joy, "O Cerco de Cartum" (1893, preservada na Leeds City Art Gallery, no Reino Unido). Nesta obra, Gordon encontra-se estoicamente em cima a uma escala, pistola em punho, enfrentando o assalto final e caótico dos nativos; tal como ele, cercado por uma multidão de guerreiros nguni, Mouzinho aponta a espada reluzente na sombra onde se

encontra Gungunhana, no instante fatal antes de o desautorizar em frente da sua gente, obrigando-o a sentar-se no chão (Vilhena, 1999).

Ao longo de décadas de ditadura, Mouzinho foi homenageado de diversas formas: destaque nas exposições coloniais, nos manuais escolares, foram-lhe dedicadas monografias, biografias ilustradas, esculturas, filmes como *Chaimite*, de Jorge Brum do Canto (1953; Cinemateca Portuguesa, s.d.; Filmes Antigos e Raros, 2025), e ainda selos e notas (20 escudos, 1940; 1.000 escudos do Banco Ultramarino de Moçambique, 1953). Esta heroificação ajudou a produzir um efeito duradouro de "naturalização" memorial (Barthes, 1957). Ao repetir Mouzinho em repertórios escolares, comemorativos e institucionais (frequentemente sem contraditório), o Estado Novo sedimentou uma memória pública em que o colonialismo aparecia como destino e virtude, não como conflito e violência. O regime também exaltou a esposa de Mouzinho de Albuquerque, Maria José Mascarenhas de Mendonça Gaivão Mouzinho de Albuquerque, que dirigiu um hospital em Chibuto, Gaza, como exemplo de mulher pia e de colonizadora de trato humano. O Hospital de Chibuto foi nomeado "D. Maria José Mouzinho de Albuquerque" até à independência moçambicana, em 25 de junho de 1975, e ainda hoje, em Lisboa, uma travessa da Rua da Junqueira em frente do Hospital Egas Moniz, o antigo Hospital do Ultramar, ostenta o seu nome (Ferreira & Vieira, 1985).

É entendimento comum que, de todas as formas de homenagem, os monumentos são os mais duradouros, que melhor resistem à passagem do tempo. No entanto, é frequente que o seu significado se transforme profundamente quando ocorre uma mudança de regime político. É o caso dos monumentos construídos nos lugares das batalhas da campanha de 1895–1897: até 1975, continuaram a servir de altares votivos do esforço colonizador português, mas, com a independência nacional moçambicana, a mesa virou. Os emblemas da propaganda colonial foram os primeiros alvos dos revolucionários; é o caso do derrube da estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque em Maputo e da destruição dos padrões de Magul e de Mukhotene. É prática comum que a destruição concreta dos símbolos mais representativos do opressor marque as mudanças de regime (Bevan, 2006). Neste caso, porém, reparou-se posteriormente que os mesmos acontecimentos históricos eram indispensáveis também para o povo moçambicano; a substituição da gramática da conquista colonialista, inscrita no espaço público, desempenhou um papel fundamental no processo de construção da nação durante o período pós-independência (Inguane, 2007).

Percurso ainda diferente teve o mausoléu de Mouzinho de Albuquerque em Chaimite. No lugar da sepultura de Manikusse, fundador do império de Gaza e avô de Gungunhana, foi construído no início do século XX um pequeno monumento comemorativo do feito de Mouzinho de Albuquerque. Já em agosto de 1928, os jornais coloniais apelavam à construção de um monumento mais representativo: "ao centro da povoação de Chibuto, no largo de Mousinho de Albuquerque, há um tosco monumento que, na sua humildade e pobreza, na sua simplicidade, nos indica que deveria ser grande, daquela grandeza que se traduz com amor e patriotismo" (Oliveira, 1928, p. 1).

Era, todavia, imprescindível para a propaganda do Estado Novo erguer um mausoléu que exaltasse Chaimite como exemplo de coragem, patriotismo e autoritarismo:

todos valores enfatizados pelo regime fascista português. Em 28 de dezembro de 1940, foi então inaugurado um imponente mausoléu com cerca de oito metros de altura, para imortalizar "o cavaleiro do Graal" (assim definido no discurso inaugural), Mouzinho de Albuquerque (Vacha & Vene, 2024). Curiosamente, em 1975, com a independência de Moçambique, do mausoléu foi retirada a imagem de Mouzinho e substituída pela de Gungunhana, passando a ser o mausoléu do último imperador de Gaza, ali aprisionado. Ressignificações deste género constituem um fenómeno recorrente em contextos pós-coloniais, e Moçambique não é exceção: mais do que suprimir as marcas de um passado traumático, tenta-se assumir um processo de reconhecimento e aceitação da sua complexidade histórica (Igreja, 2008).

Com o eclodir da guerra colonial, a figura de Mouzinho de Albuquerque e o feito de Chaimite voltaram ao auge para inspirar e motivar ao combate, ficando como referência para todo o território da África portuguesa. É mesmo em 1961 que é nomeado patrono da Cavalaria.

> No ano de 1961, sendo Ministro do Exército o Senhor Brigadeiro Mário José Pereira da Silva, houve sua Excelência por bem, por despacho dado aos 22 dias do mês de Maio sobre proposta formulada pela Direcção da Arma de Cavalaria, mandar considerar como Patrono da Arma de Cavalaria Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, herói de Chaimite, e consagrar como dia da Arma de Cavalaria a data gloriosa de 21 de Julho, aniversário do combate de Macontene. (Ordem do Exército n.º 6, I.ª série, 1961, Determinação n.º 7)

Anos mais tarde, numa outra reviravolta narrativa muito interessante, o veículo Chaimite — que deveria ter grande impacto nas sortes da guerra nas três frentes contra os movimentos de libertação em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau — tornou-se no símbolo da Revolução dos Cravos (Rodrigues, 2020).

4. "Senta-te!"

A trajetória memorial da figura de Mouzinho de Albuquerque é sintomática de um processo ainda inacabado de reflexão crítica sobre o passado colonial e de distanciamento em relação aos mitos construídos e difundidos pelo Estado Novo. No âmbito da investigação que deu origem à tese de doutoramento sobre as narrativas em torno da figura de Ngungunhane, pude constatar que, após o 25 de Abril, a figura de Mouzinho em Portugal foi substancialmente esquecida, sobrevivendo apenas na sua comemoração como patrono da Cavalaria e em menções esporádicas, sobretudo associadas a um certo saudosismo imperial (Vacha, 2024). Existem, porém, algumas representações significativas.

A nível audiovisual, existe o filme *Aqui d'El Rei!* (1991), de António-Pedro Vasconcelos, uma obra extensa que foi sucessivamente adaptada a uma minissérie televisiva e apresentada no *Festival de Cinema de Cannes*. O filme retrata um país em crise e as campanhas de África; Mouzinho de Albuquerque (interpretado por José Mário Branco) é uma

personagem secundária, mas cuja figura paira como uma sombra, tal como na época histórica referida. No enredo, Mouzinho é o mentor mitificado aos olhos do jovem tenente Nuno Lorena interpretado por Arnaud Giovaninetti (Torres, 1992).

Em 2005, o Museu Militar de Lisboa acolheu o encontro "Senta-te!", onde se reuniram duas irmãs, supostas descendentes de Gungunhana, e um primo-sobrinho de Mouzinho de Albuquerque, que não teve herdeiros diretos. Este encontro ecoou a retórica do colonialismo "benevolente", remetendo para a teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (Castelo, 2011). Por um lado, a iniciativa indica uma vontade de esboçar um processo de descolonização do acervo; por outro, apresenta os acontecimentos como uma justificação por parte do lado português, imbuída do luso-tropicalismo, a narrativa adotada pelo Estado Novo a partir de meados da década de 1950. Os objetivos reconciliadores do encontro contrastam com os tons paternalistas, que por vezes recordam posições luso-tropicalistas, especialmente no que diz respeito à especificidade da abordagem portuguesa ao colonialismo. A frase "Senta-te!", escolhida como título do relatório da cerimónia, bem como a reprodução das pinturas, deixam pouca margem para interpretação.

Com efeito, o Museu Militar de Lisboa, na Sala Mouzinho de Albuquerque, e o Museu Militar de Bragança, na Sala Gungunhana, reiteram a retórica estadonovista de exaltação de Mouzinho de Albuquerque, com muitas peças celebrativas dos acontecimentos das campanhas de África de 1895, sem contextualizações ou leituras que permitam um olhar descolonizado.

Em particular, "há um elefante" na Sala Mouzinho de Albuquerque do Museu Militar de Lisboa, que na realidade é um cavalo, ou seja, o gesso preparatório de uma célebre estatua equestre. O gesso, feito por Simões de Almeida, serviu de modelo para a colossal estátua equestre em Lourenço Marques (atual Maputo). Ao lado do pedestal, um texto narra a história do cavalo Mike, montado pelo capitão de cavalaria. O que não se conta nas didascálias é que a estátua foi derrubada na véspera da independência. Abater a estátua de Mouzinho na praça mais central da parte "branca" da cidade, a cidade de cimento, tornou-se a imagem icónica da mudança de regime. Foi desmontada juntamente com os relevos que representavam batalhas (incluindo a prisão) e, posteriormente, exposta no pátio da Fortaleza de Maputo. Hoje, em Moçambique, permanece como objeto simbólico para fotografias de grupos, até de casamentos, ou então como ponto de partida de revindicações artísticas[2].

Também no Museu Militar de Bragança, situado na torre de menagem do castelo medieval, a presença de Mouzinho de Albuquerque é significativa. No último andar da torre o visitador encontra a Sala Gungunhana (ou Sala Santa Bárbara). Além da celebres calças (supostamente de tamanho enorme, numa representação caricatural do inimigo aprisionado e, em geral, dos africanos), aparece iconografia em vários suportes: fotografias da época, retalhos de jornais, armas e ilustrações de Mouzinho de Albuquerque; se encontra também uma miscelânea de máscaras e objetos de várias culturas africanas, cuja análise não se insere no presente discurso. Esta presença conspícua na sala deve-se ao facto

[2] Trabalhos como "Decapture Ngungunhane Protected by the Queens of the Gaza Empire", de Titos Pelembe, propõem uma intervenção digital em que são rasgados digitalmente os rostos dos colonos nos baixos-relevos e nas estátuas conservadas no pátio da Fortaleza de Maputo (Pelembe, 2026).

de se encontrarem, entre os que participaram na captura de Gungunhana em Chaimite, membros do contingente de Bragança, pertencentes ao 3.º Batalhão de Caçadores, então aquartelado no castelo bragantino[3].

De modo geral, verifica-se uma tendência para apresentar esta figura histórica de forma neutra, apagando ou atenuando a sua dimensão violenta. Um exemplo disso encontra-se no artigo da agenda cultural da capital portuguesa sobre António Marcos de Andrade, atual diretor do Museu Militar de Lisboa, no qual, a propósito das novas coleções, se afirma que estas permitem conhecer "todos os exploradores portugueses da geração de Mouzinho" (Pereira, 2026, p. 36).

Enfim, no discurso político, a sua figura ressurge aqui e ali. No semanário de ultradireita *O Diabo*, em 11 de fevereiro de 2016, publicou o artigo celebrativo "Mouzinho, Herói em Chaimite" (2016). Um mês depois, no seu discurso de tomada de posse como Presidente da República Portuguesa, em 9 de março de 2016, Marcelo Rebelo de Sousa dirigiu um dos primeiros apelos às Forças Armadas, utilizando as palavras de Mouzinho de Albuquerque, extraídas de escritos de quando foi tutor do príncipe D. Luís Filipe de Bragança. Numa carta de 1898 dirigida ao príncipe, Mouzinho de Albuquerque afirmou que "este Reino é obra de soldados", e o recém-eleito Presidente utilizou esta expressão para caracterizar o país e reforçar o papel das Forças Armadas em Portugal (Falcão, 2016). Tratou-se de uma vénia ao papel fundador do Exército na Revolução do 25 de Abril e na consolidação da democracia em Portugal, mas também de um reconhecimento ao grande número de antigos combatentes da guerra colonial para quais Mouzinho constitui uma referência.

5. Mouzinho de Albuquerque e Chaimite no Espaço Público Português

Joaquim Mouzinho de Albuquerque está ainda muito presente na odonimia — o ramo da toponímia que se ocupa dos nomes de ruas, avenidas, praças e outros arruamentos — do país. Só para citar dois exemplos: em Lisboa, há uma avenida com o seu nome (Figura 1), no bairro da Penha de França, numa zona em que muitas ruas e avenidas evocam militares de alta patente envolvidos nas chamadas campanhas de pacificação em África; no Porto, existe a Praça de Mouzinho de Albuquerque, vulgarmente conhecida como Rotunda da Boavista, onde se ergue o Monumento aos Heróis das Guerras Peninsulares[4]. Isto demonstra que o espaço público, ao nível da odonimia, nunca foi plenamente descolonizado (Leitão, 2016). Essa permanência mantém-se inscrita em vários níveis, como ficou evidente durante a recente expansão do metro de Lisboa. Segundo o plano divulgado, a nova linha violeta incluirá uma estação chamada Heróis de Chaimite, retomando o nome da praça, em Odivelas, onde se localizará.

[3] Sala Gungunhana, áudio-guia do Museu Militar de Bragança.

[4] No final do século XIX a central praça Lisboeta, antes de passar a ser Praça Duque de Saldanha foi nomeada a Mouzinho de Albuquerque (Aurélio, 2015).



Figura 1. *Rua Mouzinho de Albuquerque, Centro Histórico de Oeiras*

Créditos. Andrea Vacha (2026)

Existem também marcas monumentais no espaço público: no Algarve, em Portimão, há um painel de azulejos que retrata Chaimite como uma das 10 etapas consideradas fundadoras do império português (Vacha, 2021). A histórica casa de chá Pérola de Chaimite permanece no mesmo local com o mesmo nome desde 1938, na Avenida da República em Lisboa (Lojas com História, s.d.). Sempre na capital, a fachada do prédio de Rua das Trinas 74, ostenta uma lapide comemorativa — datada de 1935 — que destaca a casa onde viveu o "herói de Chaimite, uma das mais brilhantes figuras militares portuguesas e um dos mais notáveis administradores coloniais" (Figura 2). São sobrevivências da capilar obra ideológica do Estado Novo e do endeusamento de Mouzinho como protótipo *ante litteram* do soldado salazarista, que permanecem como dispositivos memoriais intencionais, embora hoje largamente ignorados (Choay, 2009/2011).



Figura 2. *Placa comemorativa na fachada de casa onde viveu Mouzinho de Albuquerque, Rua das Trinas 74, Lisboa*

Créditos. Andrea Vacha (2026)

Mouzinho de Albuquerque é um dos defuntos ilustres do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, onde foi sepultado em 1902 (Figura 3). Em 1936, as autoridades do Estado Novo promoveram uma romagem fúnebre ao seu túmulo, onde depositaram uma palma de bronze em homenagem à sua memória (Barros, 2019). No jazigo foi descerrada uma placa comemorativa para assinalar o 75.º aniversário da sua morte, com o epitáfio: "homenagem dos Batalhenses ao 75.º aniversário da morte de Mouzinho de Albuquerque. 8.1.1977". Mais recentemente, foi colocada uma placa com um código QR que remete para a página do portal do Exército Português com a biografia do patrono da Cavalaria (https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/simbolos-e-tradicao/arma-de-cavalaria).

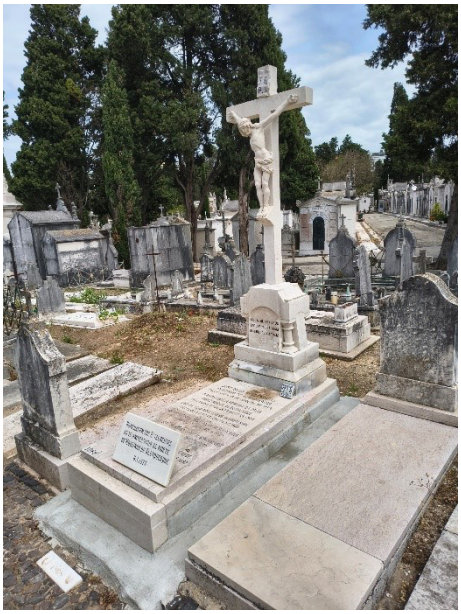


Figura 3. *Jazigo de Mouzinho de Albuquerque, Cemitério dos Prazeres, Lisboa*
Créditos. Andrea Vacha (2026)

Na Batalha, distrito de Leiria, além da praça central — que, por sua vez, dá nome também a uma creche/infantário e a uma escola primária — a galeria municipal de exposições artísticas intitula-se igualmente Mouzinho de Albuquerque. Situando-se no edifício histórico do século XVII que também ostenta o seu nome (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, s.d.). Na fachada deste edifício, em agosto de 1937, foi solenemente descerrada, na presença das autoridades, uma placa comemorativa, embelezada com o baixo-relevo de um ramo de flores e uma espada, que atesta: "Praça Mouzinho de Albuquerque. O Herói foi baptizado na igreja do Mosteiro desta vila".

Neste contexto, surge como peça mais simbólica o meio-busto de Mouzinho de Albuquerque, erguido na praça do Mosteiro da Batalha (Santa Maria da Vitória). A autoria é de Fernando Belo, já escultor de outros monumentos no solo batalhense, entre os quais o Monumento ao Soldado (1991), em pedra calcária, que apresenta ligações de estilo e de significado com o meio-busto. Intitulado Homenagem aos Militares Mortos nas Guerras de França (1914–1918) e África (1961–1974), que homenageia os soldados da freguesia de São Mamede falecidos pela pátria.

O monumento de Mouzinho mede 320cm no total: 140cm do busto e 180cm do pedestal, em betão revestido a pedra calcária. No pedestal está esculpida a frase "a coragem e a abnegação são sempre grandes e nobres". A ladeá-lo encontram-se dois "padrões" de betão, ligeiramente mais altos, com várias placas comemorativas de homenagem a Mouzinho de Albuquerque, datadas de diferentes anos. A representação de Mouzinho de Albuquerque, marcada pela clássica austeridade, parece, ainda assim, neutra: apresenta-o de mãos cruzadas, sem brandir a espada, sem montar a cavalo e sem qualquer referência à prisão de Ngungunhane em Chaimite ou à batalha campal de Mukhotene contra Maguiguana.

O facto talvez mais importante é que este monumento não remonta ao período da ditadura, mas a 1997 (23 anos após o fim do colonialismo), momento em que erguer um monumento dedicado a um herói colonial se revela anacrónico e contrário aos valores fundadores do Estado democrático. Embora o lema do Movimento das Forças Armadas, durante a Revolução dos Cravos, assentasse nos três "D" — democratizar, desenvolver e descolonizar — a terceira dimensão, a da descolonização, foi sobretudo entendida nos planos institucional, político e militar, sem se traduzir numa mudança de mentalidades ou numa descolonização efetiva do espaço público (Cardina, 2023). A permanência de monumentos como o Monumento ao Esforço Colonizador Português, no Porto, inaugurado na *I Exposição Colonial Portuguesa*, de 1934, e recolocado na Praça do Império em 1984, evidencia esta situação[5] (Matos, 2021); mas erguer uma estátua a um símbolo do colonialismo, ainda que esteticamente suavizada, deveria ter suscitado questões e polémicas. Algo que, no entanto, nunca aconteceu. Surgem, assim, questões de amplo alcance, como a seguinte: se, a partir de abril de 1974, o espaço público português foi, em larga medida, reconfigurado pela remoção de símbolos e referências fascistas, por que razão não se verificou um processo equivalente de descolonização simbólica?

No caso da estátua de Mouzinho na Batalha (Figura 4), é também questionável a decisão de intervir marcadamente num espaço como a praça do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, um monumento protegido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura desde 1989. De facto, na monumentalização, a localização não é um detalhe, mas um elemento de primeira importância. Segundo Rao (2025), a estátua, embora silenciosa, comunica através das inscrições que contém e das interpretações que suscita, mas é o lugar onde se encontra que condiciona decisivamente a forma como é vista e compreendida. O espaço envolvente não é apenas cenário: participa ativamente na construção do seu significado, moldando a relação entre a figura representada, a memória que preserva e o público que a interpreta. Para Rao (2025), isto constitui um veículo para a imortalidade.

[5] O obelisco de autoria de Sousa Caldas e Alferes Alberto Ponce, é sustentado por seis esculturas que retratam as figuras cardinais do colonialismo português: o missionário, o comerciante, soldado, o agricultor, a mulher e o médico.



Figura 4. *Busto comemorativo de Mouzinho de Albuquerque (1997) na Batalha, autoria de João Belo*

Créditos. Tworlds Productions (2018)

Hoje, este monumento dialoga, ainda que de forma virtual, com outros marcos evocativos da história de Chaimite. Desde logo, com a estátua equestre hoje guardada na Fortaleza de Maputo. Se compararmos a representação dessa estátua, ou dos baixos-relevos do seu pedestal, com o busto de 1997, este apresenta uma pose e uma expressão muito menos beligerantes. A estética austera e mais neutra do meio-busto batalhense corresponde, assim, a opções deliberadas e, de certa forma, compatíveis com uma sociedade pós-colonial. Em outras palavras, opera-se uma escolha de silenciamento de certos traços exaltados pelo regime, nomeadamente aqueles associados à violência — dimensão que, como lembra Fanon (1961), é constitutiva do sistema colonial. Algo análogo ocorre na estátua dedicada aos heróis do Ultramar, em Coimbra, de cariz patentemente paternalista, embora esta remonte a 1971 (Cardina, 2023).

Há também uma correspondência com os monumentos do arqui-inimigo Gungunhana cuja captura lhe valeu notoriedade. Curiosamente, no mesmo ano de 1997, foi erguido na praça principal de Manjacaze, província de Gaza, em Moçambique, um meio-busto do imperador de Gaza. Já em solo português, em 2022, na ilha Terceira, foi inaugurado um meio-busto de Gungunhana, em homenagem aos exilados e presos políticos ali enviados, no âmbito das comemorações dos 125 anos do seu exílio. A peça substitui a biografia por uma lista de perseguidos desde o século XVI e representa o rei, com insígnias da nobreza nguni, como símbolo do exílio.

6. Servir Como Mouzinho

O Busto da Batalha desempenha o papel de epicentro comemorativo da celebração da Cavalaria Portuguesa, da qual Mouzinho é patrono. A sua localização não se explica apenas pela origem do homenageado, mas insere-se num quadro mais amplo de homenagem ao Exército.

Situa-se na praça em frente à capela do Mosteiro, onde se encontra o Túmulo do Soldado Desconhecido, um espaço que podemos definir como "lugar de memória", de

acordo com a aceção clássica de Nora (1989), que defende que a aceleração dos acontecimentos históricos em França (num processo análogo ao verificado noutros países europeus) incentivou a procura de lugares e ocasiões de cristalização da memória, como arquivos, bibliotecas e museus: espaços capazes de manter viva a memória quando esta deixava de operar como prática social espontânea. A presença de Mouzinho de Albuquerque no largo do Mosteiro da Batalha pode, neste sentido, ser lida à luz daquilo que Nora (1989) designa como uma forma de "vigilância comemorativa": um esforço contínuo de preservação e reinscrição monumental da memória, precisamente num contexto em que esta já não circula como tradição viva, mas como património selecionado e institucionalizado.

É nesta praça batalhense que, anualmente, a arma de Cavalaria presta homenagem ao seu patrono. Estas homenagens, porém, não começaram em 1961, ano em que Mouzinho foi nomeado patrono da arma, mas remontam à década de 1930, tendo ficado registadas em filmagens do Secretariado da Propaganda Nacional, sob a direção de Salazar Diniz, ainda hoje disponíveis (Viriatosmilitaria, 2016).

As comemorações de 2025, todavia, foram particularmente majestosas e evidenciaram a persistência da ligação que, no espaço sagrado do Mosteiro da Batalha, une o Exército à Igreja. Para assinalar os 170 anos do nascimento de Mouzinho de Albuquerque teve lugar uma celebração de três dias, promovida pela Câmara Municipal da Batalha e pelo Exército Português. De acordo com o programa oficial, "no dia 15 de julho, pelas 18h00, no Auditório Municipal da Batalha, realizou-se a palestra 'A Vida e os Feitos de Mouzinho de Albuquerque', momento que assinala o início das homenagens ao herói militar". Para a ocasião, foi também montada uma exposição sobre Mouzinho de Albuquerque no Posto de Turismo da Batalha, com objetos militares e artigos iconográficos.

O programa prosseguiu a 19 de julho, com a inauguração de uma exposição de meios, equipamentos e atividades da Arma de Cavalaria, o lançamento e a apresentação de publicações das unidades de Cavalaria do Exército Português, e terminou com um concerto da Orquestra Ligeira do Exército, num espetáculo aberto à comunidade. As comemorações atingiram o ápice no dia seguinte, com a celebração de uma missa de sufrágio por Mouzinho de Albuquerque, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, com transmissão televisiva em direto. A cerimónia solene foi seguida de um desfile, na praça do Mosteiro, com paradas de forças do Regimento de Lanceiros n.º 2, do Regimento de Cavalaria n.º 3, do Quartel de Cavalaria e do Regimento de Cavalaria n.º 6. No final, as autoridades prestaram homenagem ao meio busto de Mouzinho, depositando uma coroa de flores; para a ocasião, o monumento foi ornamentado com um tapete vermelho e brasões de armas.

De acordo com o relato jornalístico "Acolher como Abraão, Servir Como Mouzinho: Cavalaria Celebra 170 Anos do Herói com Missa no Mosteiro da Batalha", o bispo D. Sérgio Dinis recorreu a um salmo do Antigo Testamento para abordar os desafios da imigração contemporânea e a necessidade de acolhimento dos estrangeiros (Ordinariato Castrense, 2025). Concluiu a homilia afirmando que são necessárias regras e apontou a prontidão de ação do corpo da Cavalaria, e do seu patrono, como referência para a implementação desse acolhimento.

Trata-se de uma narrativa sugestiva, embora historicamente discutível, atendendo a que Mouzinho demonstrou em várias ocasiões, enquanto capitão de Cavalaria e enquanto governador de província, uma marcada tendência para não cumprir ordens superiores. O aprisionamento da corte de Gaza em Chaimite foi uma iniciativa por ele liderada, em desacordo com as diretivas do governo colonial, que já davam como definitivamente colapsado o poder do imperador (Mouzinho de Albuquerque, 1896). De modo semelhante, a sua dificuldade em aceitar orientações e decisões ministeriais, enquanto Governador da Província, acabaria por conduzir à sua demissão e consequente afastamento da esfera política (Fernandes, 2010).

Vale ainda a pena notar que 2025 coincide com outras efemérides, nunca citadas explicitamente nos programas e nos discursos oficiais da comemoração batalhense: os 130 anos da campanha de África em Moçambique e do aprisionamento de Gungunhana em Chaimite (1895).

7. Conclusões

Após 1974, Mouzinho deixou de ocupar o centro do panteão público. Todavia, não desapareceu por completo: recuou para uma presença residual. A sua reemergência ocasional em contextos institucionais e mediáticos, bem como a persistência de marcas materiais e toponímicas (avenidas, praças, placas, equipamentos públicos, painéis), sugere que a descolonização simbólica do espaço público foi, no mínimo, parcial, como os elementos analisados permitem constatar.

É verdade que, no pós-25 de Abril, Mouzinho foi amplamente remetido ao esquecimento na maior parte do país. Ainda assim, a sua inscrição não foi, em geral, removida nem criticamente recontextualizada, o que aponta mais para continuidade — ou, pelo menos, ausência de rutura — na forma como a memória imperial permanece sedimentada na paisagem urbana.

Nesse sentido, os vestígios do culto de Mouzinho de Albuquerque são reveladores de uma descolonização incompleta das gramáticas públicas de memória, tornando-se tanto mais relevante quanto "descolonizar" figurava, a par de "democratizar" e "desenvolver", entre os três "D" que o Movimento das Forças Armadas associou à Revolução de Abril. O que em Portugal se observa, em discrepância com o Moçambique pós-independência, não é apenas a sobrevivência de nomes, mas a manutenção de um estado de legibilidade: estas referências são apresentadas como normalidade patrimonial.

O exemplo da Batalha é particularmente elucidativo pela reiterada presença de Mouzinho de Albuquerque no espaço público e, sobretudo, pelo meio-busto erguido em 1997. A opção por uma representação aparentemente neutra e pouco beligerante mostra como o "não dito" pode funcionar como dispositivo memorial. Ao evitar explicitamente o conflito colonial e a violência associada à figura, torna-se possível reintroduzi-la sem fricção, sob a forma de homenagem despolitizada.

Embora circunscritas ao universo militar e à esfera municipal, as comemorações dos 170 anos, realizadas no Mosteiro da Batalha, lugar de memória nacional, reforçam Mouzinho de Albuquerque como modelo de abnegação e serviço à pátria, preservando

o essencial do culto laico que, no Estado Novo, transformou o capitão de Cavalaria num eixo da propaganda, sem enunciar os seus pressupostos. É através de exposições museológicas, discursos de exemplaridade e inscrição monumental no coração de um espaço patrimonial, que a normalização destes vestígios, de facto, contribui para prolongar esta linha de continuidade. Resulta, portanto, evidente a falta de uniformidade na abordagem e nas diretrizes políticas do processo de descolonização do espaço público entre diferentes países europeus. Considerando a persistência a nível de património, deste e outros mitos colonialistas, Portugal marca uma distância com a abordagem da Bélgica e dos Países Baixos, alinhando-se na falta de posicionamento — por fundamentações distintas — com amnésias coloniais como a italiana.

Em conclusão, esta análise visa contribuir para futuras investigações sobre esta figura histórica, eventualmente a partir de abordagens metabiográficas, bem como para o estudo das discrepâncias entre o património memorial de Mouzinho de Albuquerque em Portugal e em Moçambique. Em última instância, o imaginário associado a Mouzinho de Albuquerque e à sua memória abre um conjunto de questões que excede os limites deste artigo. Ainda assim, permite problematizar que passado Portugal escolhe preservar, que silêncios continua a reproduzir e que formas de cidadania histórica promove no presente.

Referências

Achebe, C. (1977). An image of Africa. *The Massachusetts Review, 18*(4), 782–794.

Alexandre, V. (1996). Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins. *Análise Social, 31*(135), 183–201. https://doi.org/10.31447/AS00032573.1996135.05

Andrea, S. de. (1918). *A marinha de guerra na campanha de Lourenço Marques e contra o Gungunhana 1894–1896*. A Nova Pátria.

Aurélio, J. E. F. (2016, 6 de setembro). *Praça Duque de Saldanha e Avenida da República*. Lisboa de Antigamente. https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/09/praca-duque-de-saldanha-e-avenida-da.html

Bevan, R. (2006). *The destruction of memory, architecture at war*. Reaktion books.

Barros, V. (2019). *Comemorações da memória do império nas colónias durante o Estado Novo: Usos públicos da história, colonialismo e colonização de imaginários* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. https://hdl.handle.net/10316/90761

Barthes, R. (1957). *Mythologies*. Éditions du Seuil.

Camara, J. da. (1896, 25 de janeiro). A guerra na África Oriental. *Occidente – Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro, XIX*(615), 17–20.

Cardina, M. (2023). *O atrito da memória: Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Tinta-da-China.

Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona, IV*, 261–280.

Choay, F. (Ed.). (2011). *O património em questão: Antologia para um combate* (J. G. A. Domingues, Trad.). Fino Traço Editora. (Trabalho original publicado em 2009)

Cinemateca Portuguesa. (s.d.). *Cinemateca digital – Vídeo – Homenagem a Mouzinho de Albuquerque agosto de 1937*. Retirado em 30 de abril de 2026, de https://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3166&type=Video

Ennes, A. (1945). *A guerra de África em 1895 (Memórias)* (2.ª ed.). Edições Gama. (Trabalho original publicado em 1898)

Falcão, C. (2016, 9 de março). *Quem é que Marcelo Rebelo de Sousa citou no seu discurso*. Observador. https://observador.pt/2016/03/09/marcelo-rebelo-sousa-citou-no-discurso/

Fanon, F. (1961). *Les damnés de la terre*. Maspero.

Fernandes, P. J. (2010). *Mouzinho de Albuquerque, um soldado ao serviço do império*. Esfera dos Livros.

Ferreira, R. L., & Vieira, V. M. (1985). *Estatuária de Lisboa*. Amigos do Livro.

Filmes Antigos e Raros. (2025, 22 de dezembro). *Chaimite (Filme português de 1953)* [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=vrCYmvIxSFM

Gaivão, A. M. (2008). *Mouzinho de Albuquerque, do sertão de Moçambique ao fausto das cortes europeias*. Oficina do Livro.

Garção, M. (1897). A chegada do heroe. In F. Reis & M. Garção (Eds.), *Os vermelhos: Notas de dois refractarios* (pp. 100–104). Empreza Litteraria Lisbonense Libanio & Cunha.

Henriques, I. C. (2020). *A descolonização da história: Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos*. Caleidoscópio.

Igreja, V. (2008). Memories as weapons: The politics of peace and silence in post-civil war Mozambique. *Journal of Southern African Studies, 34*(3), 539–556. https://doi.org/10.1080/03057070802259720

Inguane, C. A. (2007). *Negotiating social memory in postcolonial Mozambique: The case of heritage sites in Mandhlakazi District* [Dissertação de mestrado, University of the Witwatersrand]. WIReDSpace. http://hdl.handle.net/10539/6131

Leitão, A. de O. (2016). Entre cifras e factos: A toponímia de Lisboa como locus memoriae. In Câmara Municipal de Lisboa (Ed.), *Memória do tempo: Actas das 7ªs Jornadas de Toponímia de Lisboa* (pp. 59–87). Imprensa Municipal de Lisboa.

Lojas com História. (s.d.). *Pérola do Chaimite*. Retirado em 30 de abril de 2026, de https://lojascomhistoria.pt/lojas/perola-do-chaimite

Matos, P. F. de. (2021). Primeira Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934) e desafios no presente. In A. Balona, M. Rodrigues, & N. Coelho (Eds.), *Um elefante no Palácio de Cristal* (pp. 54–60). Galeria Municipal do Porto.

Mouzinho de Albuquerque, J. (1896). *A prisão do Gungunhana. Relatório apresentado ao conselheiro Correia e Lança, governador geral interino da província de Moçambique pelo governador do distrito militar de Gaza, Joaquim Mousinho de Albuquerque, capitão de Cavalaria*.

Mouzinho de Albuquerque, J. (1897). *Campanha contra o Maguiguana nos territórios de Gaza em 1897: Relatórios enviados ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo Comissário Régio da província de Moçambique*.

Mouzinho, herói em Chaimite. (2016, 11 de fevereiro). *O Diabo*. https://jornaldiabo.com/cultura/mouzinho-heroi-em-chaimite/

Mudimbe, V. Y. (1988). *The invention of Africa: Gnosis, philosophy and the order of knowledge*. Indiana University Press.

Nhacale, O., & Maluana, S. (1997). *Magigwane e Mbuyiseni. Alguns subsídios para a reinterpretação da historiografia de resistência colonial do Estado de Gaza*. ARPAC.

Nora, P. (1989). Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations, 26*, 7–24. https://doi.org/10.2307/2928520

Nora, P. (2001). *Rethinking France. Les Lieux de memoire* (Vol. 1; M. S. Trouille, Trad.). Chicago University Press. (Trabalho original publicado em 1984)

Noronha, E. (1906). *O heroe de Chaimite: Mouzinho de Albuquerque: Narrativa historica e militar*. Empreza de O Primeiro de Janeiro.

Oliveira, R. de. (1928, 10 de agosto). Terras de Gaza — Chibuto. *Jornal do Comércio*,1–2.

Ordem do Exército n.º 6, I.ª série. (1961).

Ordinariato Castrense. (2025, 21 de julho). *Acolher como Abrão, servir como Mouzinho: Cavalaria celebra 170 anos do herói com missa no Monastério da Batalha*. https://ordinariato.castrense.pt/acolher-como-abraao-servir-como-mouzinho-cavalaria-celebra-170-anos-do-heroi-com-missa-no-mosteiro-da-batalha/

Pelembe, T. (2026). Restitute or institute. *Troubles dans les collections*, (9). https://troublesdanslescollections.fr/numeros/the-next-shot-of-restitution-scenes-from-mozambique/restitute-or-institute

Pélissier, R. (1987). *História de Moçambique: Formação e oposição (1854–1918)* (M. Ruas, Trad.). Editorial Estampa. (Trabalho original publicado em 1984)

Pélissier, R. (2004). *Les campagnes coloniales du Portugal, 1844–1941* (I. S. Santos, Trad.). Pygmalion.

Pereira, T. C. (2026). António Marcos de Andrade – Diretor do Museu Militar de Lisboa. In Câmara Municipal de Lisboa (Ed.), *Agenda Lisboa cultura – Junho 2026* (p. 36).

Quintinha, J., & Toscano, F. (1930). *A derrocada do império Vátua e Mousinho d'Albuquerque* (3.ª ed.). Portugal Ultramar. (Trabalho original publicado em 1830)

Rao, R. (2025). *The psychic lives of statues: Reckoning with the rubble of empire*. Pluto Press.

Rodrigues, C. (2020). Made in Portugal: A indústria de defesa nacional durante a guerra colonial (1961–1974). *Revista de Ciências Militares, VIII*(2), 73–93.

Serra, C. (1983). *Para a história da arte militar moçambicana*. Cadernos Tempo.

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. (s.d.). *Ficha oficial do edifício Mouzinho de Albuquerque, município da Batalha, e fotografia da lapide*. Retirado em 30 de abril de 2026, de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22973

Torres, A. R. (1992, 17 de maio). Aqui d'el rei – António-Pedro Vasconcelos (1991). *Jornal de Notícias*.

Traverso, E. (2020). *O passado, modos de usar* (T. Avó, Trad.). Tigre de Papel. (Trabalho original publicado em 2005)

Urrutia, J. (2001). *Leitura do obscuro. Uma semiótica de África* (L. F. Sarmento, Trad.). Editorial Teorema. (Trabalho original publicado em 2000)

Vacha, A. (2021). Iconografia de Gungunhana: Representações do rei negro em Portugal (1890–1940). *Práticas da História, 12*, 53–93. https://doi.org/10.48487/pdh.2021.n12.24950

Vacha, A. (2024). *Era uma vez Mundugaz: Narrativas da figura do rei Ngungunhane em Moçambique e em Portugal (1890–2024)* [Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL.

Vacha, A., & Vene, M. (2024). Memoriais como recursos didáticos para o ensino de história da resistência anti-colonial em Moçambique: Análise dos monumentos Acivaanjila e Ngungunhane. *Capoeira – Revista de Humanidades e Letras, 9*(1), 386–416.

Viriatosmilitaria. (2016, 7 de novembro). *1937 homenagem a Mouzinho de Albuquerque* [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=WIcPGM-nLms&list=RDWIcPGM-nLms&start_radio=1

Vilhena, M. da C. (1999). *Gungunhana: Grandeza e decadência de um império africano*. Edições Colibrí.

Nota Biográfica

Andrea Vacha nasceu em Turim (Itália), em 18 de junho de 1984. Concluiu o mestrado em Sociologia na Università degli Studi di Torino, em 2009. Em 2014, trabalhou durante um ano em Chibuto (Moçambique). Em 2022, foi estudante convidado na Universidade Pedagógica e no ARPAC – Instituto de Investigação Sociocultural, em Maputo. Doutorou-se em História Contemporânea em 2025, com a tese *Era uma Vez Mundugaz: Narrativas da Figura do Rei Ngungunhane em Moçambique e em Portugal (1890–2024)*. Atualmente, é investigador pós-doutoral no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa (Portugal), no âmbito do projeto *SMS — Shared Memories of Solidarity. An Oral and Visual History (Portugal, 1960–1974)*. Os seus principais interesses de investigação incluem estudos da memória, património, história oral, história de África e estudos pós-coloniais. É pai de duas filhas, Alessia e Olimpia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7942-4927

Email: avacha@fcsh.unl.pt

Morada: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Av. Berna, 26 C, 1069–061 – Lisboa, Portugal

Submetido: 19/05/2026 | Aceite: 15/06/2026

Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.